

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.net

21

Algumas considerações não-definitivas acerca do sindicalismo brasileiro no limiar do século XXI: Impasses e desafios¹

Michelangelo Torres²

Introdução

A fase em que se encontra o complexo processo de reestruturação produtiva do capital, apoiado na financeirização, no parasitismo especulativo e na precarização do trabalho, tem se destacado em seu principal traço distintivo, a saber, seu potencial destrutivo sobre a classe trabalhadora e sua subjetividade. No caso brasileiro, diante da profunda fragmentação e individualização do contexto neoliberal, sobretudo diante da ofensiva reacionária aberta no país desde 2015-6, o presente artigo procura tratar da urgência de se repensar (sem descarte) a temática sindical como um debate crucial de nosso tempo, vislumbrando os limites e as potencialidades do sindicalismo em tempos de situação reacionária. No Brasil e em diversas partes do globo, uma extrema direita parece ter influído sobre o bloco no poder junto às classes dominantes, o que acarreta consequências diretas para o movimento sindical. Nesse sentido, o governo Bolsonaro

¹ Este artigo articula questões desenvolvidas no livro “Trabalho, Sindicalismo e Consciência de Classes”, cf: Torres (2020).

² Professor doutor efetivo do IFRJ

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

22

representa uma coalizão de extrema-direita que articula políticas econômicas ultraneoliberais com uma ofensiva autoritária reacionária, com evidentes traços anti-sindicais. Resta a pergunta: ainda há espaço para os sindicatos?

Diante da crise do sindicalismo contemporâneo, que deve ser analisada sob a relação consciência e mediação, explanaremos o pano de fundo estrutural que tem contribuído com a dificuldade de expansão do sindicalismo classista no país. Em seguida, a exposição se concentra nos imperativos vitais com os quais o sindicalismo brasileiro deve dialogar para, ao final, tecer considerações fundamentais para se recuperar e revitalizar o sindicalismo classista na era da devastação dos direitos sociais e da legislação social protetora do trabalho, situação desfavorável à luta dos trabalhadores, mas que coincide com um movimento de reorganização da esquerda no Brasil e das ações coletivas diante da situação reacionária aberta nacionalmente, bem como seus desafios.

Fragmentação, individualização, ideário neoliberal e ofensiva reacionária

O sindicalismo brasileiro passou por uma verdadeira metamorfose entre a década de 1980 e os dias atuais. Mudanças estratégicas nas práticas sindicais vêm sendo operadas desde a explosão do chamado “novo sindicalismo”³, perpassando por estratégias sindicais propositivas e neocorporativas, transitando do plano da “confrontação à cooperação conflitiva” (RODRIGUES 1995), atingindo um estágio ora de acomodação (direções majoritárias), ora de ultraesquerdismo (setores minoritários). Simultaneamente observamos mudanças estruturais no mundo do trabalho, de um mercado relativamente estruturado e regulamentado para um novo processo de precarização laboral na etapa flexível de acumulação capitalista. Mas também mudanças táticas no campo sindical vêm sido operadas. Diante de um novo cenário conjuntural desfavorável, como devem atuar os sindicatos?

³ Os dados quantitativos de greve impressionam: “Em 1978 foram deflagradas 118 greves, e dez anos depois elas passaram a somar 2.188. O número anual de grevistas aumentou sessenta vezes e, entre esses mesmos anos, o número de jornadas não trabalhadas (o indicador síntese de greves) pulou de 1,8 milhão para 132 milhões” (NORONHA 1991 p.95).

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

As transformações sociais oriundas das últimas décadas são de grande monta. O complexo social do mundo do trabalho em seu novo patamar histórico de flexibilidade e corrosão de direitos sociais decorre da ofensiva do capital em desmontar o trabalho enquanto força social resistente e dotada de proteção social e solidariedade de classe. Para tanto, emerge o ideário neoliberal (com estímulo a “eficiência” das metas individuais e da meritocracia⁴), como o individualismo exacerbado e a fragmentação de classe (BERNARDO 2000) enquanto dimensões subjetivas. A política do sindicalismo de massas, tal como se constituiu ao longo do século passado, está em evidente crise. O movimento tendencial que se verifica nos últimos anos aponta para o sindicalismo com abandono progressivo de estratégias sindicais de classe, com predomínio de interesses setoriais e corporativos, apresentando posturas sindicais neocorporativas de cariz propositivo (ALVES 2000). Essa crise do sindicalismo moderno, em tempos de mundialização do capital, não se revela apenas pelo abandono de buscas de organização coletiva para problemas sociais, como o declínio de representação sindical e esvaziamento de fóruns e assembleias ordinárias, mas sim tanto em seus aspectos socio-institucionais quanto em elementos político-ideológicos.

Conforme lembra Rodrigues (1992), existem diversas variáveis que contribuem nesse sentido: a dispersão industrial e desconcentração de trabalhadores no local de trabalho ou região, novas tecnologias poupadoras de força de trabalho, novas modalidades de gestão empresarial, acirrada competitividade no local de trabalho, flexibilização, terceirização e outras modalidades precarizadas de trabalho, alta taxa de rotatividade, individualização dos salários, promoções e benefícios, nova composição do setor operário e de serviços, fim dos regimes do Leste Europeu e crise das políticas do tipo Estado de Bem-Estar, declínio de valores igualitários e coletivistas, avanço das ideologias individualistas, desgaste de lideranças sindicais, descrença e desinteresse,

⁴ A meritocracia, neste contexto, projeta um ideário segundo o qual a saída para os problemas sociais está na ação individual. Um conjunto de “valores, expectativas e utopias de mercado” (ALVES 2011) têm orientado o novo “espírito” do sistema do capital, exigindo valores existenciais ao indivíduo. Não é a toa que a literatura de auto-ajuda impregnou o discurso empresarial. O capitalismo manipulatório tem operado por meio de um processo de manipulação da subjetividade alinhada ao ideário do capital e da flexibilização, compatíveis com a ideologia neoliberal de rechaço ao sindicalismo ou associativismo.

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

burocratização das organizações sindicais e distanciamento das direções de suas bases, além da dificuldade de representar a heterogênea composição do proletariado atual.

O sindicalismo tem encontrado profunda dificuldade em mobilizar os novos setores do proletariado de serviços e os precarizados (ANTUNES 2018). Conforme aponta Antunes (1995 p.62), “a fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe-que-vive- do-trabalho questiona na raiz o sindicalismo tradicional e dificulta também a organização de outros segmentos que compreendem a classe trabalhadora”. Nesse contexto de crise, o sindicalismo tem se limitado claramente ao estreito horizonte da mercadoria, procurando assegurar o melhor preço da venda de força de trabalho, com dificuldade em mobilizar e aglutinar os trabalhadores a fim de se preservar o poder de resistência de classe diante da ofensiva do capital no mundo do trabalho. São muitas variáveis que explicam este fenômeno. Outro elemento que podemos observar tem sido o crescente abandono de bandeiras de transformação social e a incapacidade de agregação com lutas sociais extra-sindicais. Mais recentemente, o que tem emperrado as direções sindicais é qual a tática a se adotar para o sindicalismo diante do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro?

A incapacidade de dimensão estratégica dos sindicatos se combina ao desafio de mediar as necessidades imediatas e mais intensamente sentidas pela classe com aspectos estruturais. Como dissemos anteriormente, a relação entre consciência e mediação é decisiva no sindicalismo e na luta de classes. Partir da consciência imediata e fenomênica à dimensão de classe e à esfera da totalidade. Essa é a dimensão das metamorfoses da consciência de classes, a qual os sindicatos precisam estar atentos.

Acrescentemos, em tempos de endurecimento político pós golpe parlamentar no país (em verdade se trata de um golpe de novo tipo), vivenciamos uma verdadeira ofensiva reacionária de tentativa de desmonte do sindicalismo e de devastação do trabalho regulamentado e dotado de direitos, como servem de exemplificação as reformas ultraliberais, o novo vilipêndio representado pela terceirização irrestrita e total, prevalência do negociado sobre o legislado, desmonte do Ministério do Trabalho,

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

25

desregulamentação da legislação protetora do trabalho via reforma trabalhista, legalização do trabalho intermitente, dentre tantos ataques a organização coletiva dos trabalhadores. Ou seja, predomina a precarização do trabalho como regra em tempos pós-conciliação de classes e de contrarreformas em período do que podemos, talvez, denominar por novo estado de exceção.

O fato é que o sindicalismo brasileiro se encontra numa encruzilhada. Se mirarmos a superestrutura, ou seja, as direções sindicais e suas centrais, observamos: por um lado, um sindicalismo negocial atrelado ao patronato (sindicalismo de resultados); no meio do caminho – e aqui se constitui o setor majoritário do sindicalismo brasileiro – notamos um sindicalismo que se originou das lutas sociais do trabalho e dos movimentos sociais nos anos 1980, mas que se acomodou a ordem, se metamorfoseou, sendo incapaz de colocar a classe em movimento autônomo e combativo (representado pela órbita sindical em torno da direção majoritária da CUT); na outra ponta, temos um sindicalismo minoritário que corretamente não se deixou cooptar nos anos 2000 e se manteve independente dos governos social-liberais do PT, mas que tem apresentado um desvio ultraesquerdista no último período que o isola das massas.

Conforme se anuncia, o sindicalismo brasileiro, além de ter encontrado dificuldades em representar os interesses da classe trabalhadora diante dos ataques estruturais a seus direitos historicamente construídos, tem sido, ainda, incapaz de incorporar um enorme contingente do assalariado precarizado e do subproletariado da economia informal. Diante de uma classe trabalhadora heterogênea, diversificada, complexificada e, sobretudo, fragmentada (ANTUNES 2008), os limites do sindicalismo são evidentes, sobretudo no que se refere a capacidade de sua dimensão estratégica.

Diante do exposto, é evidente uma crise contemporânea do sindicalismo, com implicações na materialidade e subjetividade dos trabalhadores. Essa crise manifestase (1) na *individualização* nas relações de trabalho, intensificada com a

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

26

desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho; (2) na incapacidade dos sindicatos incorporarem os *segmentos não estáveis* da força de trabalho e que vêm deixando de serem “atípicos” para se tornarem parte significativa do proletariado (elementos disso são conferidos pela diminuição das taxas de sindicalização; o crescimento do trabalho parcial, terceirizado, temporário, precário e informal; expansão do setor de serviços e aumento da feminilização e da juventude no mercado de trabalho; notadamente pós-reforma trabalhista); (3) *esgotamento* dos modelos sindicais vigentes (ausência do pertencimento de classe; caráter fragmentado e heterogêneo da classe trabalhadora; presença do sindicalismo de empresa subordinado a patronal – novo corporativismo sob a lógica de conciliação e concertação); perda substancial do caráter político transformador dos sindicatos; redução e desmontagem de direitos e negociações mais vulneráveis e corporativas; predomínio da ação sindical no plano defensivo; (4) *burocratização* das entidades sindicais; (5) ofensiva da ação ideológica *anti-esquerda* e crise de representatividade (e identidade) de instituições políticas. Como elemento (6), acrescentemos, uma *situação reacionária desfavorável* ao sindicalismo somada a um *acúmulo de desgastes e derrotas políticas* no campo da esquerda progressista.

A classe dominante brasileira parece ter levantado seu punho direito, autocrático e antissindical, com apoio social dos setores médios girados à direita, das forças do Judiciário, do Parlamento e da mídia corporativa. A ordem empresarial e das forças políticas hegemônicas pretendem demolir quaisquer resquícios de elementos classistas da representação dos trabalhadores. Nem mesmo a conciliação de classes está em seus planos⁵. Tempos duros virão para os sindicalistas, ativistas e militantes de esquerda. A barbárie se anuncia. Diante da hipótese bonapartista e de intensa escalada autoritária no regime, haverá espaço para os sindicatos?

⁵ Referência ao processo político em que a burla jurídica denominou por *impeachment*, o qual, em verdade, pode ser interpretado como um golpe de novo tipo, em que as classes dominantes (internacionalizadas e financeirizadas) descartaram o governo Dilma e romperam com o ciclo de conciliação do PT iniciado por Lula.

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

Um olhar para as táticas do movimento sindical e suas centrais localizadas no campo da esquerda diante da ofensiva reacionária

27

Se pudermos traçar, em termos didáticos, um panorama dos ciclos históricos do movimento operário- sindical no Brasil, pode-se dizer que no início do século passado a força política dirigente dos sindicatos livres e autônomos foi representada pelos anarquistas, com epicentro na greve geral de 1917 e arrefecimento nos anos 1920. A partir da década de 1930, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi o principal articulador, até os anos 1960, do movimento sindical, tendo o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) seu ponto alto, e diluição com o regime militar. A reorganização do movimento se deu no final de 1970 e início de 1980, capitaneada pela direção do PT/CUT. A hegemonia lulista passa a entrar em crise nas primeiras duas décadas dos anos 2000, ainda que seu ciclo histórico ainda não tenha se findado. Atualmente, o país vivencia um processo de reorganização da esquerda e do movimento sindical, ainda em aberto, cujos traços mais evidentes apenas começam a se contornar. A atualidade do presente debate se justifica devido a relação entre a subjetividade da esquerda e o impacto da ofensiva reacionária no plano das consciências. Em tempos duros, de crise e turbulência nas alturas, em que elementos reacionários se intensificam na realidade política nacional, as incertezas emergem no horizonte de cada sindicalista. No último período, vivenciamos a transição para uma conjuntura reacionária, com elementos bonapartistas no regime, escalada autoritária e retirada de direitos historicamente constituídos. No limite, as forças reacionárias buscarão impor uma derrota histórica na classe trabalhadora, com destruição de todas as formas de organização partidária, sindical e social independente. As ameaças às liberdades democráticas e à própria democracia se coloca em risco diante do perigo da ameaça neofascista: nas urnas e nas ruas. A pergunta que não quer calar: como fortalecer o sindicalismo e desenvolver a consciência de classe em condições tão adversas?

Apoiados na interessante síntese de Arcary (2019), as atuais táticas de atuação diante do governo Bolsonaro que dividem as direções sindicais localizadas no campo político da esquerda podem ser resumidas em três fórmulas, com nuances: A) a **tática**

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

quietista consiste apoiar o discurso de oposição no Congresso a fim de disputar o espaço de oposição e, sem apostar na mobilização popular, aguardar as eleições 2022. Até lá, não há como realizar qualquer política de enfrentamento político direto à influência de Bolsonaro, que apesar de ter um mandato legítimo poderia a qualquer momento assumir tendências bonapartistas. Por isso, é cabível unidade e alianças com partidos do centrão a partir de pontos comuns; B) a **tática da ofensiva permanente** nega a existência da abertura de uma situação reacionária e identifica Bolsonaro como mais um governo burguês como os precedentes, sustentando que há amplos movimentos de resistência, tendo a consigna “Fora Bolsonaro” na ordem do dia, uma vez que, nesta caracterização, há condições reais de derrubada do governo à esquerda a partir da organização progressiva da classe trabalhadora; C) a **tática da acumulação de forças e da construção da Frente Única** admite que vivenciamos uma situação reacionária e uma conjuntura desfavorável, e, portanto, pretende desgastar o governo Bolsonaro e sua política em conflitos parciais, sem aventuras ultraesquerdistas, pretendendo acumular forças até que se crie condições de sairmos de uma situação defensiva e desfavorável para uma contra-ofensiva favorável aos trabalhadores e à esquerda classista até que se derrube este governo e se conquiste vitórias progressivas. Nesse marco, a defesa é a tática da Frente Única da esquerda para situações defensivas, que não descarta unidade de ação com setores mais amplos em torno de pautas específicas.

Este artigo parte da ideia de que é preciso que o sindicalismo compreenda a centralidade das lutas sociais e ações coletivas em busca de frentes unificadas e espaços de unidade de ação. Por outras palavras, o sindicalismo pode não apenas se contrapor a contrarrevolução aberta (o que, por si só, já é um desafio), com formas de resistência capazes de assegurar direitos historicamente conquistados, mas contribuir junto a demais forças políticas da sociedade a se vislumbrar um outro modo de vida e um sistema sociometabólico para além do capital? Esse é o grande desafio do caminho à emancipação do trabalho diante do capital.

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

O funcionalismo público, por exemplo, está vivenciando um dos períodos de maiores ataques a sua estabilidade e manutenção de direitos. O conjunto das contrarreformas estruturais e das medidas provenientes da ofensiva reacionária da burguesia tem colocado o movimento sindical e o funcionalismo na defensiva. O papel de recuo das principais direções burocráticas das centrais sindicais tem contribuído com esse processo. Mas também existe o medo de organização no local de trabalho, as ameaças e perseguições políticas, o corte de ponto de grevistas, o avanço anti-esquerda no plano jurídico, dentre outros elementos subjetivos. Uma vez consolidados os ataques do capital em curso, como a eventual aprovação da reforma sindical (posto que a trabalhista fora recentemente aprovada, a qual, dentre tantos aspectos, na prática, revoga a CLT, como o pressuposto da prevalência do negociado sobre o legislado), todo o serviço público estará em cheque, notadamente a partir da ofensiva pela aprovação da proposta de Reforma Administrativa, e o movimento sindical terá seu peso político diminuído (há propostas de contrarreformas sindicais em curso).

Para tomarmos o exemplo dos sindicatos que compõem o funcionalismo público, suas lutas devem superar o plano imediato e corporativo (as pautas específicas), deve-se conectar às pautas nacionais e estruturais da classe trabalhadora em conexão com suas demandas corporativas. Retomar a radicalidade das lutas em sintonia com todo as pautas intensamente sentidas das categorias, em construção de calendários unificados de lutas. Mas além da revisão tática do movimento sindical, faz-se necessário retomar o sindicalismo classista e vinculá-lo à estratégia emancipadora. Para isso, tanto o oportunismo quanto o ultraesquerdismo são desvios sindicais.

Apesar da importância da unidade de ação e de se rechaçar o desvio ultraesquerdista sectário, o sindicalismo de orientação marxista precisa se desvencilhar (à esquerda, e não à direita) do passado cutista que aprisiona e imobiliza valiosos combatentes sindicais não atrelados a sua tendência política majoritária. Como fornece pistas Arcary “esperar que a CUT possa vir a ser este ponto de apoio [para estimular a vanguarda nas lutas sindicais], como nos anos 1980 é um delírio. Acreditar que por dentro da CUT se pode

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

afirmar esse polo com visibilidade é uma ilusão”. Especialmente transcorridos três governos petistas – nos quais esta central serviu como correia de transmissão da política petista - e um quarto interrompido no plano federal, em que tem pesado de modo significativo o peso do imobilismo da maior central sindical do país em períodos de lutas de resistência, como as tentativas de construção de greves gerais recentes. Apesar da importância estratégica de superar a CUT, o movimento sindical classista e independente não tem como a curto e médio prazo se distanciar dessa central – e é preciso calibrar na unidade de ação, de modo não sectário, a tática de exigências e denúncias a sua direção majoritária, sem se apartar de sua base social. Afinal, o inimigo político é bem mais complexo quando estamos diante da possibilidade de uma escalada do neofascismo.

No plano geral, as perspectivas ideológicas majoritárias presentes na direção sindical e política que influi sobre a classe trabalhadora brasileira consistem no reformismo (colaboração de classes) e na perspectiva neoliberal de modernização das relações trabalhistas. E o fato é que, em época histórica de crise do capital e ofensiva da burguesia em escala global, a margem para reformas não-conservadoras é cada vez menor. O período de hegemonia lulista foi correspondente ao “reformismo quase sem reformas” – e é preciso fazer o balanço histórico segundo o qual a maioria da esquerda brasileira, e não me refiro apenas aos satélites petistas, se converteu em alguma variante do reformismo nesse período, com honrosas exceções⁶. Com a derrubada jurídico-parlamentar pela direita do governo Dilma Rousseff, em 2015, as pautas reformistas se relocalizam no campo da “oposição” e tornam a seduzir parcela expressiva dos trabalhadores e da vanguarda, sobretudo no plano eleitoral, o que evidencia que o ciclo petista não se encerrou. Contudo, neste ano de 2018 observamos que setores consideráveis romperam com o petismo mas giraram à direita. O antipetismo tornou-se uma potente ideologia fortalecedora de um projeto político de extrema-direita. E aqui, naturalmente, localiza-se o perigo do

⁶ Exemplo emblemático foi a política de paralisia de sua direção majoritária diante dos desdobramentos do impedimento da continuidade do mandato de Dilma Rousseff na Presidência da República, processo transitado entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, sequer caracterizado como golpe parlamentar por esta entidade.

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

neofascismo e da aversão ao sindicalismo, não como indiferença e descrença política, mas como um movimento esquerdista a ser combatido.

Por sua vez, o sindicalismo brasileiro não tem sido capaz de apresentar uma alternativa de mobilização viável para os trabalhadores – apesar de importantes iniciativas embrionárias e minoritárias -, para além do plano do discurso autoproclamatório e, por vezes, isolacionista, como nos parece ser o caso da política sindical apresentada pelo setor majoritário da CSP- Conlutas. Por mais que esta central sindical (que agrega também movimentos populares) tenha cumprido um assertivo papel de independência de classe diante dos governos petistas e apresentar elementos embrionários de um novo movimento sindical, os quais devem ser valorizados. Apesar de em algum momento ter sido dinâmica, esta é uma central minoritária na classe trabalhadora e que, no último período, tem apresentado graves problemas de direção. Se nos últimos anos esta central sindical teve o mérito de tecer críticas a burocratização sindical e não ter se dobrado à política de conciliação de classes e aos limites reformistas de negociar dentro da ordem do capital em momento de crise e se deixar absorver por cargos ministeriais, apresenta, simultaneamente, uma política com pouco potencial de mobilização e diálogo orgânico com o conjunto da classe trabalhadora, o qual permanece iludida com suas direções reformistas ou com o ideário neoliberal. Perspectivas muito embrionárias também são expressas por outras centrais sindicais, como a Intersindical.

O movimento sindical, enquanto uma Frente de lutas e resistência organizada, deve ser capaz de se constituir enquanto polo aglutinador dos trabalhadores e dispor de dinamicidade em retomar a luta unificada de resistência aos ataques dos governos e do capital, atuar conjuntamente com as distintas categorias profissionais e movimentos sociais em luta, recompor a ampla unidade entre as centrais sindicais (e aqui não basta o denunciamento das direções burocráticas majoritárias), criar condições de lutas gerais (como calendários unificados e construção de greves gerais nacionalizadas), combater tanto o erro oportunista quanto os desvios sectários e autoproclamatórios das correntes políticas dirigentes, zelar pelo seu funcionamento democrático e apresentar uma alternativa para além dos limites da luta sindical: uma alternativa de esquerda socialista e um programa

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

mínimo, anticapitalista, discutido em suas bases e construído coletivamente, partindo das necessidades mais intensamente sentidas pela classe trabalhadora (o plano imediato) com mediação com a totalidade da vida social e a estratégia socialista. Requer que dissemine uma visão de mundo que dialogue com a linguagem dos diversos e heterogêneos trabalhadores. Deve adquirir caráter e influência de massas. Para tanto, o sindicalismo – e o papel das centrais sindicais aqui é decisivo - deve unificar todos os setores da classe que lutam e batalhar pelo fortalecimento de uma concepção sindical plural, democrática, de luta (de confronto, e não de negociação propositiva-defensiva), classista (e não apenas cidadão) e internacionalista. Será decisivo resgatar os imperativos vitais que apontaremos a seguir.

Algumas indicações em prol da recuperação e revitalização dos sindicatos classistas no limiar do século XXI

O sindicato tem o papel político de mobilizar os trabalhadores e de elevar sua consciência classista, ao mesmo tempo de representa-los diante do governo e dos patrões, prestando-lhes todo auxílio disponível. Em termos organizacionais, o desafio do sindicalismo está em combater o burocratismo e se enraizar nos locais de trabalho, fomentando espaços democráticos de funcionamento interno.

É sabido que a assessoria jurídico-sindical e a negociação com as instâncias decisórias governamentais e institucionais são importantes. Mas o atendimento da entidade sindical não deve se limitar às importantes demandas corporativas e assistenciais da categoria setorial que representa em termos imediatos. Deve, simultaneamente, conectar-se com as lutas mais abrangentes da classe trabalhadora e colocar-se contra toda forma de exploração e de opressão em todas as partes do mundo. É oportuno posicionar-se e articular-se intersetorialmente com outros sindicatos e outras lutas da classe trabalhadora em geral e do movimento popular autêntico, prestando apoio e solidariedade internacionalista.

Um dos perigos do sindicalismo é a adaptação social de seus dirigentes. O controle sobre a imprensa operária, a administração do aparato, das finanças e de seus funcionários, assim como a possibilidade do exercício de privilégios políticos, exercem

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

33

pressões alheias a nossa classe e podem representar o perigo da burocratização e adaptação social (desde o uso de telefones corporativos e de carros oficiais ao distanciamento da base por parte dos dirigentes, e demais vantagens sindicais ou materiais)⁷. Igualmente é importante se combater as práticas de aparelhamento político de seus dirigentes para suas organizações políticas.

Para tanto, medidas concretas de combate aos **desvios burocráticos** das entidades devem ser tomadas, como controlar os privilégios políticos e restringir os privilégios materiais dos dirigentes, uma fraterna discussão com os setores que negam qualquer atividade “política” dentro dos sindicatos, reflexão constante sobre a vinculação estrutural do aparelho sindical com o Estado, construção de forte organização nos locais de trabalho, zelar pelo funcionamento democrático das tomadas de decisão e controle da base sobre as direções, dentre outros.

O **combate ao machismo** deve assumir centralidade e ser outro elemento de contraponto cotidiano aos velhos vícios sindicais, como o personalismo de figuras masculinas nas direções ou nas assembleias. A formação permanente de quadros feministas não é secundária se quisermos revitalizar os sindicatos. Os sindicatos devem igualmente reconhecer que a **luta contra as opressões** é parte da luta contra a exploração rumo à emancipação social. O combate ao machismo, ao racismo, a LGBTfobia e a xenofobia devem ser princípios, as bases sobre as quais uma organização sindical se constrói. Deve-se ampliar a discussão sobre o tema das opressões em perspectiva transversal em sua própria prática política, incentivando-se o protagonismo de mulheres, negros e negras e pessoas LGBT nos espaços sindicais. Isto é, o sindicalismo classista precisa compreender a importância das clivagens entre

⁷ A adaptação social refere-se à utilização de recursos materiais do sindicato em proveito próprio pelo dirigente da entidade bem como as consequências desses privilégios, ou seja, o estabelecimento de relações materiais entre o dirigente e a entidade trazem, quando não contidos, o distanciamento da direção em relação à base, acarretando adaptação nas negociações patronais. Trata-se do sindicalismo adaptado aos aparatos.

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.net

gênero, raça e etnia no mundo do trabalho contemporâneo brasileiro, ainda que sem abandono do corte de classe que os estruturam.

O sindicalismo combativo deve estar sob controle ativo da classe trabalhadora. Para tanto, deve preservar sua **independência de classe** diante de governos ou entidades patronais, combatendo-se qualquer forma de aparelhismo artificial ou mal funcionamento dos organismos da estrutura sindical. Suas direções devem zelar pela transparência financeira e controle patrimonial pela base, por meio de uma política financeira claramente definida e votada pela categoria, preservando a democracia proletária nas instâncias decisórias de seu funcionamento. Por **democracia proletária** na instância sindical, entendemos a luta contra o funcionamento burocrático e monolítico, sob a garantia da ampla democracia interna e participação da base.

Fomentar o debate tanto sobre temas que afligem sua categoria – o que vai de questões como carreira e campanha salarial a questões como assédio moral e adoecimento laboral – até temáticas políticas estruturais do funcionamento da sociedade e da conjuntura nacional e internacional. Seus dirigentes devem ser capazes de formular um programa coletivo anticapitalista (não deslocado da realidade) em conexão com as necessidades corporativas e imediatas da categoria. Estabelecer pontes entre essas duas dimensões. Mas, sobretudo, deve-se combater o personalismo e a centralização das atividades em poucos dirigentes – o que leva ao burocratismo -, o distanciamento das direções sindicais da base a qual representa. As diretorias devem dispor de caráter colegiado e mecanismos estatutários de controle pela base, com previsão de rodízio dos dirigentes sindicais e formação permanente de novos quadros, especialmente entre as mulheres, conforme dito acima – tradicionalmente excluídas das decisões sindicais. Os trabalhadores devem ser livres para auto se organizarem e os marxistas devem lutar para que os sindicatos de base (daí a importância de construir oposições unificadas contra o peleguismo e a burocracia sindical) ganhem características unitárias e massivas.

O sindicalismo, em seu cotidiano, requer, ainda, ampla **campanha de filiação e de formação político- sindical permanentes**, e as decisões fundamentais devem ser deliberadas em caráter de assembleias democráticas, que assegure todas as posições

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

em disputa, especialmente as das oposições sindicais. O conflito interno pode ser propositivo e encarado fraternalmente, e não silenciado ou esmagado pelas direções sindicais. É chegada a hora da esquerda aprender a conviver em meio às divergências de ideias e de correntes políticas. Para tanto, os sindicalistas devem ser mais solidários e tolerantes uns com os outros.

O tratamento **de tolerância política com as oposições e respeito as posições minoritárias** é pedagógico. Em política sindical, valores e referências não são secundários. A tolerância e o respeito devem estar acima de nossas convicções. Isso é sadio para o funcionamento democrático da entidade. No mesmo sentido, a **defesa de compromissos éticos e da moral militante** requer uma urgente revisão do vale-tudo estalinista segundo o qual, na política sindical, fins e meios são indivisíveis. Os sindicalistas não precisam formar um clube de amizade com as correntes sindicais adversárias, mas é preciso manter a generosidade e a lealdade, zelar pelos laços de confiança entre a camaradagem, assim como travar um bom combate com os adversários sem abandono da maturidade e da honestidade, contexto em que as ações devem ser guiadas pelos princípios. É imperioso combater o método de falsas acusações entre companheiros e a tática de destruição de reputações pessoais motivadas por divergências políticas. A esquerda neoestalinista que opera com base nos falsos denunciamentos vêm crescendo no interior dos sindicatos, aprisionam-se a aquilo que no plano do discurso um dia procuraram refutar, a saber, a política da extrema-direita e das *fake news*.

O tema da **formação sindical** é de suma importância para construção de trabalho de base e politização e educação do proletariado. Investir em atividades formativas, como seminários permanentes, debates, cursos, encontros regionais, dentre outros. Igualmente fundamental é o sindicato consolidar a **comunicação como um elemento estratégico** da ação sindical, e não meramente divulgação de informações. A contratação de profissionais do setor, sites e uso das novas redes sociais com matérias periódicas, jornais impressos e eletrônicos, boletins informativos, murais do sindicato nos locais de trabalho, folders, materiais impressos que impulsionem campanhas ou

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

divulguem informações fazem de um sindicato um canal de comunicação dinâmico com a base de trabalhadores.

Por fim, um desafio importante ao movimento sindical é **incorporar os setores mais explorados da classe**, como é o caso dos trabalhadores terceirizados. Se dentro das empresas existe a clivagem entre trabalhadores de primeira e segunda classe, efetivos e terceirizados, os sindicatos devem ajudar a organizar os segundos em seu local de trabalho. Simultaneamente, é importante construir uma política sindical para dialogar com os desempregados e o subproletariado da economia informal.

O sindicalismo classista deste século deve adquirir caráter e influência de massas. Para tanto, o sindicalismo – e o papel das centrais sindicais aqui é decisivo – tem como tarefa o esforço unificar todos os setores da classe que lutam e batalhar pelo fortalecimento de uma concepção sindical plural, democrática, de luta (de confronto, e não de negociação propositiva-defensiva), classista (e não apenas cidadão) e internacionalista.

A dificuldade em se construir uma posição que supere tanto o oportunismo (reformista ou de direita) quanto o isolacionismo sectário ultraesquerdista está na ordem do dia. Será capaz o movimento sindical de negociar dentro da ordem e gerenciar a crise do capital ou construirá, numa perspectiva renovada, sólidas estratégias (articuladas à flexibilidade tática) de se apresentar contra o ordenamento do capital a partir de um programa formulado sob a ótica dos trabalhadores? Conseguirá superar a atuação estreita de cariz neocorporativa (restrita ao “egoísmo de fração”, nos termos de Gramsci, ou “consciência contingente”, nos termos de Mészáros) e consolidar laços políticos com a luta pela emancipação social e econômica do trabalho? Como coloca Antunes (2008 p.172), será capaz o sindicalismo de “responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho, mas tendo como horizonte uma organização socioetária fundada nos valores socialistas e efetivamente emancipadores”?

A ofensiva do sistema do capital em todas as partes do mundo reforça a hipótese de um período de contrarrevolução burguesa de amplitude global, com processo de expansão das direitas (governos e ideologias como força social, de clivagem liberal a

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

extrema-direita e protofascistas), seja nos planos de austeridade e ajuste fiscal, quanto no projeto do imperialismo de recolonização de países semiperiféricos, como é o caso regional da América Latina. A financeirização da economia globalizada (mundialização do capital e seu traço financeiro como hegemônico), em contexto de crise estrutural, pleiteia recuperar a taxa de lucro dos capitais via o aniquilamento da legislação protetora do trabalho e o desmonte das conquistas democráticas. No Brasil, isso parece ser mais do que evidente, com significativos impactos no campo sindical. O projeto em curso, de caráter golpista, materializado na PEC dos gastos (PEC 55), na Reforma da Previdência (PEC 287), na Reforma Trabalhista e na Lei da Terceirização Irrestrita (PL 4302), na Reforma Administrativa, dentre tantas outras medidas, constituem mudanças qualitativas e sem precedentes. O PLS 116/2017 que ameaça a estabilidade no serviço público, a Emenda Constitucional 95/2016 e seus impactos, a tramitação de programas com pautas conservadoras em todas as áreas sociais os cortes orçamentários e privatizações, o anúncio de Plano de Demissão Voluntária (PDV) e incentivo ao afastamento não-remunerado, dentre tantas medidas de desmonte do trabalho regulamentado, do funcionalismo e do serviço público.

Ao fim e ao cabo, tudo indica que adentramos na era de degradação estrutural do trabalho em escala global, cujas diferenciadas formas de precarização adentram em escala acelerada nos serviços públicos. Talvez a insegurança nas condições de trabalho, a ameaça do desemprego ou a prática de instauração de salários flexíveis, bem como o emprego (com vínculos precários e cada vez menos dotado de direitos) como condição contingente possam vir a se constituir não mais como fenômenos “atípicos” no serviço público, mas como um traço dominante das relações de trabalho na contemporaneidade. Assim, o simbolismo metafórico da “espada de Dâmocles” passa, lamentavelmente, se tornar uma condição universal no âmbito das relações conflitivas envolvendo capital-trabalho, caracterizando, de tal modo, uma sensação de insegurança e instabilidade diante de um perigo iminente que está reservado ao proletariado que sequer se identifica com sua condição de classe, cuja representação coletiva encontra-se cada vez mais ameaçada.

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

Sem parecermos repetitivos, é preciso que o sindicalismo compreenda a centralidade das lutas sociais e ações coletivas em busca de frentes unificadas e espaços de unidade de ação. Por outras palavras, o sindicalismo pode contribuir junto a demais forças políticas da sociedade a se vislumbrar um outro modo de vida e um sistema sociometabólico para além do capital? Esse é o grande desafio do caminho à emancipação do trabalho diante do capital.

Em síntese didática, a despeito do que já foi dito acima, em tal situação mundial, os principais desafios dos sindicatos, enquanto imperativos vitais, passarão por:

a-) Recuperar e revitalizar o sentido/pertencimento de classe. Um sindicalismo classista mas não limitado a sua forma de atuação típica do fordismo do século XX. Para tanto, é fundamental a compreensão da nova morfologia do trabalho, bem como articular dimensões decisivas do sentido amplo da classe, como a tríade gênero-geração-etnia (a incorporação das mulheres em suas fileiras decisórias e diretivas, bem como o segmento negro) e dos arranjos das novas lutas sociais neste século XXI;

b-) Libertar-se do corporativismo ou neocorporativismo, da ideia do sindicalismo negocial limitado a categoria profissional que representa juridicamente. Articulado às necessidades imediatas das categorias de que representam, os sindicatos devem ampliar seus conteúdos marcadamente classistas, combater o individualismo e cultivar os interesses solidários e coletivos.

c-) Como desdobramento do item anterior, articular uma sólida organização no local de trabalho e procurar consolidar uma organização sindical ampliada. Além de fortalecer a sindicalização e a organização coletiva nos locais de trabalho, propor ações imediatas e conectadas com setores não formalizados no mundo do trabalho, tanto os informais quanto os trabalhadores intermitentes, em tempo parcial, precarizados, subempregados e desempregados, cujo mote deva ser o rechaço ao trabalho na informalidade sem direitos e proteção permanente aos desamparados;

d-) Constituir referência de apoio, acolhimento e combate à lógica do gerencialismo da era flexível, o qual pressupõe o assédio moral como estratégia de gestão e a promoção de variadas formas de adoecimento, sobretudo psíquico. Afinal, o tempo histórico que nos coube

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

viver corresponde à sociedade dos adoecimentos do trabalho, onde a individualização e a solidão no local de trabalho se impõem como “naturalização. Nessa serara, os sindicatos devem ser o principal organismo de referência da classe trabalhadora em defesa de sua saúde e suas condições de existência.

e-) Obter domínio das novas tecnologias da informação, convertendo-as em mecanismos tanto educativos (formativos) quanto informativos (de perfil crítico e de contestação do ideário neoliberal), com práticas inovadoras de atuação nas redes sociais, visando fortalecer os setores comprometidos com os interesses das forças sociais do trabalho e dos movimentos sociais (e, aqui, o sectarismo e o isolacionismo político auto-proclamatório não são bem vindos); Apropriar-se da tecnologia visando a emancipação social;

f-) Conectar-se as novas lutas sociais para além do sindicalismo, isto é, aprender com a experiência dos movimentos sociais (e de suas bandeiras de luta, como a luta por moradia, a defesa ecológica anti-capitalista, o imperativo da luta feminista e das lutas anti-racismo e LGBTfóbica), e expandir sua solidariedade de classe em ações efetivas e carregadas de sentido, notadamente as ações de auto-organização periféricas;

g-) Incorporar-se em espaços de Unidade de Ação com setores progressistas da sociedade em defesa das liberdades democráticas e dos direitos sociais, bem como empenhar-se na construção de uma Frente Única dos trabalhadores unificados em torno de seus interesses, puperando, sem sectarismo, a política de conciliação de classes.

h-) Retomar a importância da ideia de “res-pública” (coisa pública) e o sentido público dos serviços públicos não lucrativos, isto é, uma batalha contra- hegemonica de desmercantilização dos serviços essenciais na sociedade;

i-) Recuperar a firmeza ideológica da necessária luta por um outro modo de vida, reinventando sua forma de ação, sem se desconectar do questionamento da propriedade privada dos meios de produção de um modo que dialogue com o estágio de consciência dos diversos segmentos que compõem a classe trabalhadora, sem nenhum ultimato ultraesquerdista apartado das massas, mas que saiba acionar a flexibilidade tática apoiada na firmeza estratégica do socialismo.

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

40

Considerações Finais

Neste tenso período histórico que estamos vivendo, de avanço das pautas reacionárias e de escalada autoritária do regime, o projeto político dos setores de extrema-direita no país é de tentar impor uma derrota histórica à classe trabalhadora e seus organismos de representação. Com a reflexão levada a cabo neste artigo, nos esforçamos em iluminar a nebulosa indagação: haverá espaço para o sindicalismo?

Conforme expusemos, a ferramenta sindical, criada pelas forças sociais do trabalho no período da Revolução Industrial processada na Inglaterra dos séculos XVIII/XIX, ainda é imprescindível na defesa de direitos. No Brasil, a despeito de suas deformações históricas e descaminhos, ainda constitui a maior organização coletiva dos trabalhadores na luta por seus direitos. Apesar de reconhecermos a crise do sindicalismo brasileiro não estamos entre aqueles que defendem o descarte sindical, concebendo-os como pertencentes mais ao passado do que ao presente. Não descartamos uma ferramenta política enquanto não construirmos ferramentas melhores. Os sindicatos são instrumentos essenciais de nossa classe para proteção e resistência diante da devastação dos direitos sociais e trabalhistas, ao mesmo tempo que constituem elementos potenciais, ainda que insuficientes, para a emancipação dos trabalhadores e elevação da sua consciência política. Afinal, os sindicatos ainda têm muito a cumprir e apresentam inúmeros desafios nesse momento histórico tão difícil. Procuramos, neste artigo, oferecer algumas pistas, imperativos vitais a partir dos quais os sindicatos podem (e devem) recuperar seu pertencimento de classe e se revitalizarem no novo cenário brasileiro.

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. Trabalho e Subjetividade: o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 27 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

ARCARY, Valério. Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira. São Paulo: Sundermann, 2011.

_____. Três táticas dividem a esquerda diante do governo Bolsonaro. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/rede/tres-taticas-dividem-a-esquerda-diante-do-governo-bolsonaro/> (acessado em 12/11/2020).

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BERNARDO, João. Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo, 2000.

NORONHA, Eduardo. A Explosão das Greves na Década de 80. In: BOITTO Jr. Armando (org). O Sindicalismo Brasileiro nos anos 1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, Iram Jácome. O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, v.9, n.3, jul/set/1995.

TORRES, M.M. Trabalho, Sindicalismo e Consciência de Classe. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2020.